



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

20 de maio 2015



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 20/05/2015

Assunto: Negociações

Página: 02

Notícias do Dia



PLANO EM DEBATE

Enquanto professores acampados na Assembleia recebiam o apoio de servidores em greve da Prefeitura de Florianópolis, os secretários Eduardo Deschamps (Educação) e Nelson Serpa (Casa Civil) reuniam-se com o presidente da Comissão de Educação do Legislativo, deputado Valdir Cobalchini (PMDB), no Centro Administrativo. Fizeram um relato das medidas que o governo tomou em relação à paralisação do magistério, que registra queda na adesão para menos de 10%, e informaram que está mantido o trabalho de ajuste no plano da nova carreira dos professores públicos estaduais, tocado pelo professor Adélcio Machado a pedido da comissão, responsável pelo desenvolvimento da matéria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 20/05/2015
Assunto: Greve		Página: Online



SANTA CATARINA



Pais vão à Alesc e pedem audiência para discutir greve dos professores

*Eles estão preocupados com o ano letivo e querem o fim da paralisação.
Contratação de substitutos gera impasse entre governo e sindicato.*

Um grupo de pais de estudantes participou nesta terça-feira (19) de uma reunião na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em Florianópolis, com deputados da Comissão de Educação. Eles pediram aos deputados que seja realizada uma audiência pública para discutir a greve dos professores estaduais, parados desde o dia 24 de março.

O pedido ainda vai ser avaliado. A mãe Adriane Groehs veio apoiar o movimento dos pais na Alesc, mesmo que, por causa da greve, tenha tirado um dos filhos da escola estadual. "O meu filho começou a entrar em depressão, ele estava muito triste, ele pedia todos os dias para ir para a escola. A gente acabou juntando toda a família para pagar para ele o ensino particular para, pelo menos, fechar este ano. A gente ficou com medo de não ter aula mais este ano", resumiu.

Plano de carreira motiva greve de professores em SC; entenda

Impasse sobre professores temporários

Enquanto isso, as Gerências Regionais receberam a autorização do governo estadual para fazer mudanças na carga horária dos professores que continuam trabalhando. "É a disponibilidade do professor que atua em uma escola e tem disponibilidade de horário de pegar aulas da mesma disciplina dele para substituir aquele professor que não está ministrando aulas", disse a gerente de Educação da Grande Florianópolis, Dagmar Pacher.

Só depois disso será analisada a possibilidade da contratação de professores temporários. O sindicato diz que ocupar os cargos dos professores em greve é ilegal. "A lei de greve garante que o trabalhador que está em greve não poderá ser substituído por outro. E nós também já estamos usando os mecanismos que nos cabem no judiciário para poder reverter essa situação", afirmou o presidente, Luz Carlos Vieira.

Nesta terça, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC) realizou assembleia. Segundo o presidente, além das medidas na Justiça, serão organizadas regionalmente manifestações contrárias à contratação de professores



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

temporários. A categoria também busca novos interlocutores para discutir a greve, além do governo. Não há nova assembleia marcada.

De acordo com o sindicato, já foram contratados professores temporários em São Miguel do Oeste e Chapecó, no Oeste do estado, e Lages, na Serra. Até a noite desta terça, a entidade não soube informar o número atual de contratações.

A Secretaria de Educação informou que cada gerência tem feito análise do número de contratações que serão feitas. Porém, até a noite desta terça, não havia informado se alguma já foi concretizada.

Pelos números desta semana do Sinte-SC, 20% dos professores do estado estão parados. A Secretaria de Educação não divulgou novos números, pois realiza levantamento regional da situação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/05/2015
Assunto: Conectividade		Página: Online



Internet de graça chega a 84 mil escolas públicas

O Programa Banda Larga nas Escolas, assumido pelas prestadoras do serviço, com metas contratuais de universalização dos serviços de telecomunicações, contabiliza 84 mil escolas públicas com internet gratuita, informou ontem (18) a Associação Brasileira de Telecomunicações.

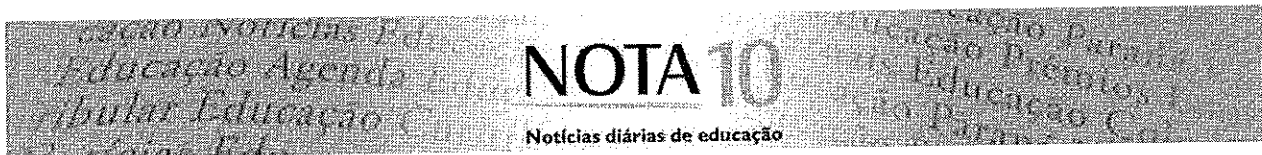
De acordo com a entidade, do total, 66 mil são escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas urbanas e 18 mil ficam nas áreas rurais dos municípios. Entre as instituições, há escolas municipais, estaduais e federais.

A infraestrutura de banda larga fixa foi fornecida pelas concessionárias de telefonia, conforme previam os editais de licitação do serviço. O programa começou a ser implantado em 2008, quando a meta era conectar 55 mil instituições de ensino – número ampliado para alcançar as novas escolas públicas de ensino identificadas pelo Censo Escolar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/05/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Professores de seis estados e pelo menos sete municípios estão em greve

Professores das redes estaduais de seis estados estão em greve, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Os estados em que há paralisação da categoria são o Pará, Santa Catarina, o Paraná, São Paulo, Goiás e Sergipe, onde a greve começou ontem (18).

A secreária-geral da CNTE, Marta Vanelli, explica que, de forma geral, o motivo principal é o cumprimento da Lei do Piso, que neste ano estabelece o reajuste de 13,01%, garantindo um salário inicial R\$ 1.917,78. "A gente já avaliava, desde o início do ano, que seriam greves mais duras e mais difíceis de se conseguir ganhos salariais. Sabíamos que os governos iriam buscar justificativas para o não reajuste na baixa arrecadação".

De acordo com a lei, a correção do piso reflete a variação do valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

"Nos últimos anos, as greves foram mais fáceis porque a porcentagem de reajuste era menor. O trabalhador não abre mão, não pode ficar no zero. Com uma inflação de cerca de 8%, não podemos ficar sem reajuste", diz Marta. Em Sergipe, a greve, decidida em assembleia no último dia 13, começou nesta segunda-feira. Os professores pedem o reajuste de 13,01%, para todos na carreira. "Não aguentamos mais a situação que estamos vivendo, faltam professores, faltam funcionários, falta alimentação escolar", diz Lúcia Barroso, do Departamento das Redes Municipais do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (Sintese).

Em Goiás, a greve foi decidida no dia 8 de maio e teve início no último dia 13. Entre os motivos, está a reivindicação do pagamento do piso aos professores, que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), só começará a ser pago pelo estado em agosto. Os trabalhadores reivindicam que o cumprimento do reajuste seja retroativo ao início do ano.

No Paraná, os professores estão em greve desde o dia 27 de abril. Eles reivindicam, entre outras pautas, o cumprimento do piso nacional e o recebimento retroativo a janeiro, além do reajuste de 8,14% retroativo à data-base, a realização de concurso público e melhores condições de trabalho. No estado, durante um protesto de servidores, a maioria professor, contra uma lei que alterou o regime de previdência dos servidores estaduais, mais de 200 pessoas ficaram feridas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

No Pará, os profissionais iniciaram a greve no dia 25 de março, pedindo, entre outros pontos, o pagamento retroativo do valor do piso, que somente começou a ser pago em abril, enquanto deveria vigorar desde janeiro. Em Santa Catarina, a greve começou no dia 24 de março. A principal demanda é o plano de carreira. Os professores pedem também o reajuste do piso à carreira, retroativo a janeiro.

Em São Paulo, os professores estão em greve há mais tempo, desde o dia 13 de março, por um reajuste salarial de 75,33%. A porcentagem equivale ao cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a equiparação do rendimento médio dos professores ao rendimento médio dos demais profissionais com mesma escolaridade.

O piso salarial subiu de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011, de acordo com números incluídos no site do Ministério da Educação. Em 2012, o valor vigente era R\$ 1.451. Em 2013, o piso passou para R\$ 1.567 e em 2014 foi reajustado para R\$ 1.697. O maior reajuste foi registrado em 2012, 22,22%.

De acordo com levantamento da CNTE, estão em greve também as redes municipais de Maceió, Macapá, Camacã e Lauro de Freitas (BA), Curvelândia, Pedra Preta e Barão de Melgaço (MT).